

Política Externa e Energia: Os projetos de Cooperação em Biocombustíveis na África durante os anos 2000

Renata Albuquerque Ribeiro

RESUMO

A relação entre energia e política externa exprime as fortes tensões existentes entre esses dois campos estratégicos para o desenvolvimento de um país e para a construção de uma atuação mais autônoma do Estado no cenário internacional, principalmente para países da periferia ou semiperiferia do sistema internacional. Os debates sobre os cenários energéticos e a cooperação nesse setor sempre estiveram atravessados por claras dimensões geopolíticas. Historicamente, a política externa brasileira (PEB) se traduziu como um recurso do Estado a fim de buscar atingir esses dois objetivos: autonomia e desenvolvimento.

Na virada para o século XXI o tema das energias renováveis ganhou destaque na pauta internacional e na política externa brasileira. Ao mesmo tempo, o governo Luís Inácio “Lula” da Silva buscou uma inserção internacional que fosse capaz de colocar o país em posição de maior relevância no mundo, retomando elementos dos discursos autonomistas anteriores, dos anos 1960 e 1970. Durante os anos Lula, assistiu-se à construção de uma política externa denominada “ativa e altiva” pelo então Chanceler Celso Amorim, além de um aumento considerável de projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento.

O presente trabalho busca analisar e compreender a política externa brasileira no período nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), utilizando como o objeto de estudo a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em biocombustíveis no continente africano. Parte-se da hipótese de que as alterações ocorridas a partir dos anos 1980, tais como a redemocratização, a globalização e a liberalização econômica, produziram mudanças no processo de tomada de decisão em política externa, ressaltando o aumento da participação e do poder de veto de determinados atores (grupos de interesse econômico) em detrimento de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Essas mudanças teriam incidido decisivamente no processo decisório sobre política externa de cooperação em biocombustíveis nos anos 2000.